



IDADE MODERNA

Iluminismo

Movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, e se espalhou por várias partes do Mundo, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a ideias de liberdade política e econômica, defendidas



pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas ideias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas.

O Iluminismo trouxe consigo grandes avanços que, juntamente com a Revolução Industrial, abriram espaço para a profunda mudança política determinada pela Revolução Francesa. Defendiam, sobretudo, a liberdade, seja ela a liberdade de expressão, liberdade política ou a liberdade econômica. Defendiam também a igualdade, como um dos princípios reguladores da sociedade (pelo menos a igualdade jurídica, esquecendo-se da busca pela igualdade social).

Os princípios Iluministas iriam interferir em muito da política e economia do capitalismo que estava se consolidando. Influenciaria nas Independências das colônias americanas, na Revolução Francesa e tantos outros movimentos políticos Europeus e mundiais.

O Combate ao Antigo Regime

De maneira geral podemos dizer que o movimento iluminista combatia aquilo que chamamos de *Antigo Regime*, uma série de instituições de poder do clero e da nobreza que perduravam desde o período medieval ou início da idade moderna.

Absolutismo (concentração dos poderes nas mãos de um rei), Mercantilismo (controle do Estado sobre a economia), Sociedade Estamental (que dava privilégios aos clérigos e nobres), intolerância religiosa, servidão e escravismo; estes eram os principais pontos criticados pelo Iluminismo.

A ideologia burguesa

O Iluminismo expressou a ascensão da burguesia e de sua ideologia. Foi a culminância de um processo que começou no Renascimento, quando se usou a razão para descobrir o mundo, e que ganhou aspecto essencialmente crítico no século XVIII, quando os homens passaram a usar a razão para entenderem a si mesmos no contexto da sociedade. Tal espírito generalizou-se nos clubes, cafés e salões literários.

A filosofia considerava a razão indispensável ao estudo de fenômenos naturais e sociais. Até a crença devia ser racionalizada: Os iluministas eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza, portanto no próprio homem, que pode descobri-lo através da razão.

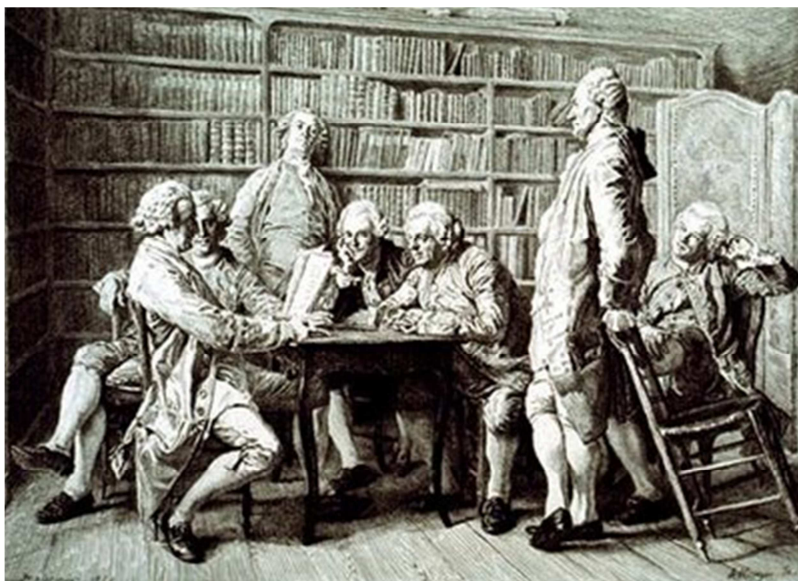
Para encontrar Deus, bastaria levar vida piedosa e virtuosa; a Igreja tornava-se dispensável. Os iluministas criticavam-na por sua intolerância, ambição política e inutilidade das ordens monásticas.

Os iluministas diziam que leis naturais regulam as relações entre os homens, tal como regulam os fenômenos da natureza. Consideravam os homens todos bons e iguais; e que as desigualdades seriam provocadas pelos próprios homens, isto é, pela sociedade. Para corrigi-las, achavam necessário mudar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras.

O princípio organizador da sociedade deveria ser a busca da felicidade; ao governo caberia garantir direitos naturais: a liberdade individual e a livre posse de bens; tolerância para a expressão de ideias; igualdade perante a lei; justiça com base na punição dos delitos. A forma política ideal variava: seria a monarquia inglesa, segundo Montesquieu e Voltaire; ou uma república fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, segundo Rousseau.

Principais filósofos iluministas

Montesquieu: Em 1748, publicou *O Espírito das Leis*, estudo sobre formas de governo em que destacava a monarquia inglesa e recomendava, como única maneira de garantir a liberdade, a independência dos três poderes: Executivo; Legislativo, Judiciário.



Voltaire: Exilado na Inglaterra, publicou *Cartas Inglesas*, com ataques ao absolutismo e à intolerância e elogios à liberdade existente naquele país. Foi conhecido pelo seu forte anticlericalismo

Rousseau: Era contrário ao luxo e à vida mundana. Em *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens* (1755), defendeu a tese da bondade natural dos homens, pervertidos pela civilização. Consagrou toda a sua obra à tese da reforma necessária da sociedade corrompida. Propunha uma vida familiar simples; no plano político, uma sociedade baseada na justiça, igualdade e soberania do povo, como mostra em seu texto mais famoso, *O Contrato Social*. Sua teoria da vontade geral, referida ao povo, foi fundamental na Revolução Francesa e inspirou Robespierre e outros líderes.

Diderot e D'Alambert: organizaram a *Enciclopédia*, obra que contou com diversos pensadores iluministas em sua elaboração e serviu de difusora dos novos ideais.

Economistas iluministas

Os novos pensamentos econômicos que combatiam os preceitos Mercantilistas de intervenção no Estado. Desses pensamentos destacamos a Fisiocracia e o Liberalismo Econômico.

Fisiocratas: Pregaram essencialmente a liberdade econômica e se opunham a toda e qualquer regulamentação. A natureza deveria dirigir a economia; o Estado

só interviria para garantir o livre curso da natureza. Eram os fisiocratas, ou partidários da fisiocracia (governo da natureza). Quesnay afirmava que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura.

Liberais: O escocês Adam Smith, escreveu A Riqueza das Nações (1765), em que defendeu: nem a agricultura, como queriam os fisiocratas; nem o comércio, como defendiam os mercantilistas; o trabalho era a fonte da riqueza. O trabalho livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza.

TESTES DE VESTIBULAR

1. (Enem 2012) Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que é indispensável convocar com frequência os Parلامentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis.

Declaração dos Direitos. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) Redução da influência do papa – Teocracia.
- b) Limitação do poder do soberano – Absolutismo.
- c) Ampliação da dominação da nobreza – República.
- d) Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
- e) Restrição da competência do congresso – Presidencialismo.

2. (Enem 2013) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnicos-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

3. (Enem 2000)

O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da eqüidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.”

(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

4. (Enem 2003) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão: A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel. Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizéssemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

(Montesquieu. O espírito das leis.)

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- a) o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- b) a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- c) a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- d) o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- e) o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

5. (Uel) "A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão teria grande repercussão no mundo inteiro. 'Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. Os homens nascem e vivem livres e iguais perante a lei, dizia seu primeiro artigo; mas também prevê a existência de distinções sociais, ainda que somente no terreno da utilidade comum'..."

Assinale a alternativa que identifica um dos artigos da Declaração que prevê a distinção a que o texto se refere.

- a) "A propriedade privada é um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável."
- b) "Os cidadãos de conformidade com suas posses devem contribuir com as despesas da administração pública."
- c) "A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de força pública que deve ser instituída em benefício de todos..."
- d) "A lei só tem direito de proibir as ações que sejam prejudiciais à sociedade."
- e) "Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública..."

Gabarito: 1.b / 2.d / 3.d / 4.e / 5.a